

18 - MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE - MMA

Programa Águas do Brasil

Formulação da Política Nacional de Recursos Hídricos

O processo de ação contínua desenvolvida no âmbito da Secretaria de Recursos Hídricos – SRH/MMA no que concerne às suas competências legais, expressa o esforço de produção de regulamentos, documentos e diretrizes para a formulação da política nacional de recursos hídricos, por meio do Termo de Cooperação Técnica para o Programa de Estruturação Institucional de Consolidação da Política Nacional de Recursos Hídricos.

A elaboração de planos e estudos com vistas a subsidiar a Política Nacional de Recursos Hídricos apresentou como resultados: conclusão do documento que constitui base de referência do "Plano Nacional de Recursos Hídricos" a ser apresentada ao CNRH; elaboração da versão preliminar do Termo de Referência para o Plano da Bacia do Rio Doce; e contratação dos estudos sobre a "Situação Atual e Perspectivas de Abastecimento de Água para as Regiões Metropolitanas e Aglomerações Urbanas" e do "Relatório de Conjuntura Anual de Recursos Hídricos", aguardando homologação de licitação.

No que se refere ao apoio à criação de comitês e agências de bacias e implementação do sistema de outorga e cobrança pelo uso dos recursos hídricos, destacam-se a elaboração e consolidação dos critérios e normas voltadas à regulamentação do processo de outorga, a implementação do cadastro dos usuários de água na bacia do Rio Paraíba do Sul, iniciada a cobrança pelo uso dos recursos hídricos, em estágio de implementação a criação da Agência da Bacia; já autorizada pelo Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, constituída a Agência de bacia do Comitê do Alto Ribeira-Alto Iguaçu, no Estado do Paraná (em processo de redefinição pelo Governo do Estado) e consolidado o cadastro de uso e usuário da bacia.

Em relação à implementação do sistema de gerenciamento dos recursos hídricos nas bacias dos rios Doce, Verde Grande e Piranhas-Açú, este último com o processo de alocação negociada de água e definição do marco regulatório, foi efetivada a delegação de competência para implementação do sistema de outorga pelo uso dos recursos hídricos, independente de sua dominialidade, aos estados do Paraná e Ceará.

Aprovada a criação do Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Verde Grande, afluente do rio São Francisco. A bacia hidrográfica do rio Verde Grande se localiza 87% em Minas Gerais e os 13% restantes na Bahia. Abrange 35 municípios com uma população total estimada em cerca de 830 mil habitantes. O comitê é o sétimo existente em rio de domínio da União.

Merecem destaque as principais realizações do projeto Água Doce: amplo diagnóstico retratando o atual estado dos poços e dessalinizadores desativados, em parceria com a CPRM/MME; formação do Grupo Executivo para elaboração e implementação do projeto Água Doce, composto por representantes da CPRM, UFCG/PB, Codevasf, Embrapa Semi-árido, Embrapa Meio Ambiente/SP e representantes de todas as Secretarias de Recursos Hídricos dos Estados do Nordeste; formulação do Projeto Água Doce tendo como base o diagnóstico realizado e discussões com representantes do poder público dos estados do nordeste brasileiro, universidades e sociedade civil; inauguração do Laboratório de Referência em Dessalinização de Águas Salobras e Salinas (LABDES), em Campina Grande/PB; Inaugurada a 1ª Unidade Demonstrativa do Projeto Água Doce, na Comunidade de Atalho, Município de Petrolina/PE, implantada pela Embrapa semi-árido, com o apoio do LABDES/UFCG e da Codevasf/MI; Operação e manutenção dos sistemas de dessalinização implantados pelo Laboratório de Referência.

Fiscalização do uso Sustentável dos Recursos Hídricos

As bacias prioritárias para fiscalização foram a do São Francisco e a do Paraíba do Sul. Além do atendimento pontual em áreas de conflito, foram realizadas campanhas de campo no médio São Francisco com o apoio do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA e do órgão gestor do Estado da Bahia. Iniciou-se a implementação do Sistema de Alerta para a bacia do Paraíba do Sul, cujo projeto abrange 180 municípios nos estados do RJ, MG e SP e auxiliará na prevenção de acidentes ambientais. Foram feitas, também, campanhas de fiscalização do uso dos recursos hídricos e da implantação do sistema de alerta da qualidade da água na bacia do Paraíba do Sul, bem como a prevenção de inundações, por meio da implantação de Sistemas de

Alerta contra Enchentes - em articulação com a Defesa Civil.

No âmbito da Agência Nacional de Águas – ANA/MMA, foram realizadas campanhas de fiscalização do uso dos recursos hídricos e implantação do sistema de alerta da qualidade da água na bacia do Paraíba do Sul. Foram realizadas campanhas de campo no médio São Francisco com o apoio do IBAMA e do órgão gestor do Estado da Bahia. Iniciou-se a implementação do Sistema de alerta para a bacia do Paraíba do Sul, cujo projeto abrange 180 municípios nos estados de RJ, MG e SP e auxiliará na prevenção de acidentes ambientais.

No que tange à prevenção de inundações, foi implantado o Sistema de Alerta contra Enchentes, em articulação com a Defesa Civil, iniciado o processo de contratação de consultoria técnica para elaboração do Programa de Indução à Gestão da Água no Meio Urbano e Controle de Inundações e participação no Programa Associado de Controle de Inundações desenvolvido pela OMM.

Outras ações de capacitação e educação voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos e apoio ao desenvolvimento de conhecimento e pesquisa, em parceria com o CT-Hidro, foram desenvolvidas, destacando-se o Seminário *Água, Desenvolvimento e Justiça Ambiental* e Exposição *Água, Conhecimento e Sociedade*, o Programa Tocantins, Energia, Educação e Participação – TEEP2003, e reuniões de trabalho sobre transversalidade, com o intuito de elaborar uma agenda comum entre vários setores de governo.

Sistema de Informações Hidrometeorológicas

Em 2003, ações foram desencadeadas visando a consolidação do Sistema Nacional de Informação de Recursos Hídricos - SNIRH. Foram definidas as metas para que os dados e informações pudessem compor o Sistema de maneira ágil e consistente, propiciando o embasamento da ANA/MMA, no seu papel de gestor das águas do país, quanto às tomadas de decisão na gestão, outorga e fiscalização do uso dos recursos hídricos, e de outros usuários, como o setor elétrico, para otimização operacional dos aproveitamentos existentes, o inventário e projetos de uso de potencial hidroenergético; do setor de transporte, tanto para vias navegáveis quanto para projetos e construção de infra-estruturas viárias; e de outros setores, envolvendo universidades, centros de pesquisas, órgãos ambientais, órgãos gestores, comitês e agências de bacias.

A rede de estações hidrometeorológicas em operação no país, considerando as diversas entidades operadoras inventariadas, soma 16.143 estações, das quais 1.229 equipadas com telemetria. Estas estações subdividem-se em 9.127 pluviométricas, 4.457 fluviométricas, 713 de sedimentométricas, 1.472 de qualidade de água e 374 estações evaporimétricas. Sob administração da ANA/MMA, estão em operação 5.236 estações, sendo 2.527 pluviométricas, 1.769 fluviométricas, 59 evaporimétricas, 428 sedimentométricas e 453 de qualidade de água. Em 2003, foram instaladas 138 novas estações, correspondendo a um acréscimo de 2,6% na rede, em relação a 2002.

A alimentação do Sistema de Informações Hidrológicas, armazenando e disponibilizando para consulta os dados e informações oriundas da rede hidrometeorológica básica é outro ponto que merece destaque. A Rede Hidrometeorológica foi instalada de modo a viabilizar o levantamento de informações necessárias aos estudos e projetos que demandam o conhecimento das disponibilidades hídricas e potenciais hidráulicos das bacias hidrográficas brasileiras, assim como para o cálculo das séries de vazões naturais médias mensais nos locais de aproveitamento, com vistas ao planejamento energético e simulações relativas aos sistemas elétricos do país.

Para a sua operação e manutenção, em 2003, foi definido um plano de trabalho que contemplou instruções desde a coleta da informação até a sua inclusão no Sistema de Informações Hidrológicas. Trata-se de um plano dinâmico, no qual são cabíveis alterações, a fim de incorporar os recursos disponíveis, evitar duplicidade de ações e garantir a melhoria da qualidade das informações. O recurso financeiro para a operação e manutenção da rede hidrométrica básica está assegurado pela Compensação Financeira e Royalties, da ordem de R\$ 18 milhões anuais.

Para operação e manutenção das atuais estações, o país foi dividido em 14 áreas operacionais, envolvendo: a Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais - CPRM, por meio de suas Superintendências Regionais; a Superintendência de Desenvolvimento de Recursos Hídricos e Saneamento Ambiental do Paraná – SUDERHSA; Furnas Centrais Elétricas S.A. – FURNAS; Instituto Mineiro de Gestão da Água – IGAM; Fundação Centro Tecnológico de Hidráulica - FCTH e a Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina – EPAGRI.

Durante o ano, na operação e manutenção da rede hidrométrica da ANA/MMA, foram realizadas 12.776 visitas de inspeção, 6.624 medições de descarga líquida, 1.656 levantamentos de seções transversais, 1.680 medições de descarga sólida em suspensão, 1.744 coletas de amostras de qualidade da água com levantamento de 8.400 parâmetros de qualidade de água, o levantamento de 51.096 boletins de observações pluviométricas, bem como 1.656 levantamentos de seções transversais.

Em relação à Rede Hidrometeorológica Básica Nacional, os objetivos imediatos do diagnóstico elaborado são: análise qualitativa e quantitativa da rede existente, tendo em vista a distribuição espacial das estações e a necessidade de informações, disponibilização de todas as informações levantadas para o acervo técnico da ANA, levantamento das atividades das operadoras diversas regiões, análises sobre a rede existente com juízo de valor para cada uma das estações, considerando os parâmetros levantados e a sua qualidade, disponibilização de mapas georreferenciados em escalas a partir de 1:1.000.000, com as localizações das estações existentes e proposta preliminar de complementação, e complemento da rede já existente, de forma a otimizar a coleta de dados, para proporcionar um melhor conhecimento do regime hidrológico, suas principais variáveis e evitar superposições.

Em relação ao Monitoramento Hidrológico por Telemetria, foi dada continuidade ao programa de manutenção aos equipamentos de coleta e transmissão de dados via satélite da rede de estações telemétricas, mediante acordo entre a ANA e o INPE, que dá amparo ao uso dos Satélites SCD-1, SCD-2, de órbita equatorial e CBERS, de órbita polar, assim como as Plataformas de Coleta de Dados – PCD's, sendo 175 estações telemétricas hidrológicas, considerando estações pluviométricas e fluviométricas. Os dados transmitidos pelas PCD's são recebidos pelo INPE e repassados à ANA/MMA por uma rede exclusiva, RNTM, onde as informações são tratadas e disponibilizadas para os usuários através da Internet (www.ana.gov.br).

Com relação ao Projeto SIVAM, a ANA/MMA e a Comissão para Coordenação do Projeto do Sistema para Vigilância da Amazônia – CCSIVAM celebraram um Acordo de Cooperação Técnico-Científico para implementação da coleta e disponibilização de dados hidrológicos, e o planejamento, instalação, manutenção e operação do sistema de monitoramento via satélite dos parâmetros hidrológicos, por meio das 200 PCD's disponibilizadas pelo CCSIVAM. Foi também assinado um Termo de Cessão de Uso de equipamentos de telemetria de níveis de rios e chuva, equipamentos de medições de vazões e outros equipamentos hidrométricos para uso na região amazônica. Dada continuidade à instalação de novas PCD's, estando em operação 126 estações. Além disso, em conjunto com a ANEEL, a ANA/MMA vem monitorando as condições hidrológicas dos reservatórios hidrelétricos na região amazônica.

Relativamente à Rede Sedimentométrica Nacional, cuja utilização racional dos recursos hídricos requer um conhecimento quantitativo e qualitativo de sua disponibilidade, a estratégia comumente utilizada é a do estabelecimento de redes de coletas de dados hidrológicos, incluindo-se aí os dados de medição do fluxo de concentração e fluxo de sedimentos ou dados sedimentométricos.

A informação sedimentológica, gerada a partir dos dados sedimentométricos, tem papel importante na questão ambiental como um todo; seja na erosão dos solos, com forte impacto na agricultura, seja no assoreamento de rios e canais navegáveis, ou ainda da determinação da vida útil de reservatórios, além de outros usos. A operação de uma rede sedimentométrica supõe a existência de uma rede hidrométrica para a obtenção de dados de nível dos rios, de descarga líquida, parâmetros de qualidade da água e de sedimentos do leito e em suspensão. Esses dados têm diversos usos e sua gestão é assunto complexo e delicado. No caso do Brasil, inserida na rede hidrometeorológica nacional, está em operação há mais de 30 anos, possui dados muitas vezes ainda inéditos e tem ajudado na implantação de diversas infra-estruturas no país. Esta rede possui 436 postos de monitoramento distribuídos por todo o território nacional. A última expansão data de 1997 e visava apenas um equilíbrio com a rede de qualidade das águas, para que numa etapa seguinte fosse possível pleitear uma expansão mais adequada.

Para a região amazônica o monitoramento sedimentométrico é reforçado pelas campanhas do projeto HiBAm que realiza levantamentos detalhados do transporte de sedimentos nos principais rios da bacia amazônica para embasar os estudos científicos sobre aportes de sedimentos dos principais afluentes do rio Amazonas e o aporte deste para o oceano.

A Rede de Monitoramento de Qualidade das Águas, que tem como objetivo manter um banco de dados de referência com informações sobre a qualidade da água dos rios, fornece subsídios para avaliação de estudos e projetos de aproveitamento de múltiplos usos dos recursos hídricos e informações complementares para o enquadramento dos corpos de água em classes. Com a criação da ANA/MMA, a rede, que está em operação desde o final da década de 70, está sendo reavaliada para adequação ao nível de necessidade atual, observando-se a

distribuição espacial das estações nas bacias hidrográficas, a representatividade de cada estação no contexto geral e a facilidade de acesso das equipes técnicas às localidades selecionadas.

Em 2003, foram organizados os dados da série histórica das estações de monitoramento, organizados os dados da série histórica de cada estação da região amazônica, o resumo de dados e informações relevantes sobre qualidade das águas existentes nos relatórios e diagnósticos referentes à bacia, sub-bacia ou micro-bacia, e sobre a qualidade das águas da bacia do Paraíba do Sul, fornecidas pelos órgãos gestores ou fiscalizadores, de forma a se reconhecer as características das estações de qualidade da água, sua localização, parâmetros medidos e frequência de medições.

O geoprocessamento, que vem ganhando importância e espaço em todas as áreas de atuação como ferramenta de análise de dados georreferenciados, tem sido instrumento auxiliar no processo de tomada de decisão, análise e previsão de cenários. Os investimentos têm sido centrados em um núcleo especializado na manutenção de bases de dados hidrológicos. O grupo de técnicos da ANA/MMA, estruturado em 2003, teve como objetivo gerar uma infra-estrutura de informações cartográficas que permitam uma análise detalhada da distribuição espacial da gestão dos recursos hídricos. Foi dada prioridade à aquisição de bases cartográficas do mapeamento sistemático do Brasil.

A Lei n.º 9.433, que criou o Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos, estabelece o Sistema de Informações sobre Recursos Hídricos, onde estão incluídas as informações sobre águas subterrâneas. A ANA/MMA vem trabalhando no sentido de definir metas que priorizem as suas atribuições quanto ao levantamento e disponibilização de dados sobre os lençóis freáticos em território nacional, procurando, inicialmente, reunir informações sobre banco de dados hidrogeológicos já existentes; identificar e caracterizar os principais aquíferos brasileiros; identificar os órgãos afins, ou seja, instituições que possuam cadastro de poços ou informações hidrogeológicas (órgãos estaduais, municipais, federais, entre outros); identificar os órgãos que efetuem a outorga para exploração de água subterrânea nos estados; diagnosticar a situação das águas subterrâneas; alimentar o sistema de informações com os dados levantados ou cedidos por outras entidades; viabilizar a adequação da gestão sobre os recursos hídricos subterrâneos identificados e reconhecidos; e identificar a relação entre águas superficiais e subterrâneas.

Quanto à Modernização Tecnológica dos Sistemas de Gerenciamento de Recursos Hídricos, cabe registrar que, tendo em vista a superposição de atividades de operação com roteiros coincidentes, a ponto de um mesmo local ser monitorado por vários órgãos, a prioridade tem sido em criar meios para modernizar e unificar a operação destes sistemas, com tecnologia de ponta e planejamento otimizado, buscando a eficiência e qualidade das informações, com a minimização de custos. Para o alcance desses objetivos, diversas reuniões foram realizadas com a Organização Meteorológica Mundial - OMM e com a Agência Brasileira de Cooperação do Ministério das Relações Exteriores - ABC/MRE. Foi concluído o relatório da fase preparatória do Projeto de Modernização da Rede Hidrometeorológica e de Georreferenciamento.

O projeto Hidrologia e Geoquímica da Bacia Amazônica – HiBAm tem como objetivo desenvolver estudos e pesquisas para o melhorar as características hidrológicas e hidrogeoquímicas da bacia hidrográfica do rio Amazonas. O trabalho vem sendo desenvolvido em parceria com a Universidade de Brasília – UnB, Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ e pelo Instituto de *Récherche pour o le Développement* – IRD (França), por meio do convênio CNPq/IRD. Dentre os resultados mais relevantes alcançados pelo projeto estão o conhecimento das vazões e descargas sólidas do rio Amazonas e de seus principais afluentes, o conhecimento de suas características sazonais, da geoquímica de suas águas e de suas interações com as várzeas. Outros aspectos relevantes vêm sendo obtidos com as pesquisas de equipamentos para transmissão de dados via satélite e pesquisas de equipamentos e métodos para medição de vazões em rios de grande porte, assim como no treinamento de técnicos e estudantes

Programa Amazônia Sustentável

Apoio às Comunidades Extrativistas da Amazônia – Amazônia Solidária

Em 2003, a Ação financiou a expansão e melhoria da qualidade da assistência técnica a populações extrativistas. As atividades relativas ao fortalecimento institucional das associações e organizações de extrativistas passaram a beneficiar um número muito maior de comunidades. Obteve-se significativo progresso no arranjo institucional de apoio aos extrativistas na administração federal, com destaque para a flexibilização nas regras operacionais do PRODEX – Programa de Apoio ao Desenvolvimento do Extrativismo, agora mais próxima

do modelo PRONAF A, para o compromisso do BNDES de prover recursos para a elaboração de Planos de Manejo e construção de Centros de Excelência em Reservas Extrativistas. No entanto, o maior avanço obtido em 2003 foi o Acordo de Cooperação Técnica celebrado com o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar – MESA, que resultou na transferência de recursos para 83 projetos de desenvolvimento sustentável, beneficiando a cerca de 450 comunidades extrativistas e indígenas.

Gestão Ambiental em Terras Indígenas Subprograma Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas

O Subprograma *Projetos Demonstrativos para os Povos Indígenas* – PDPI iniciou o recebimento de propostas de projetos que visam empoderar as organizações indígenas da Amazônia Legal, para elaboração e execução de seus próprios projetos sustentáveis nas áreas social, cultural e econômica, propiciando a gestão ambiental de suas terras. Recebeu, desde dezembro de 2001, cerca de 180 projetos, apresentados em sua enorme maioria (90%) por Organizações Indígenas. Somente em 2003, o Ministério viabilizou a liberação dos recursos de oito dos 43 projetos já aprovados. Tal liberação dependia da assinatura de acordo entre as Agências de Cooperação Internacional, o MMA e o Banco do Brasil, este último atua como agente financeiro desta parceria. Esse mecanismo de repasse de recursos financeiros tem sido eficiente nas relações governo - sociedade civil.

A equipe técnica do PDPI apoiou a mobilização de grupos indígenas para a participação na *Pré-conferência de Meio Ambiente dos Povos Indígenas*, fundamental para garantir uma participação organizada das representações indígenas na Conferência Nacional, propiciando que suas propostas fossem debatidas em todos os sub-grupos temáticos.

Fomento a Projetos de Gestão de Recursos Naturais na Amazônia – PPG7

Em 2003, esta Ação, que corresponde ao Subprograma de Políticas de Recursos Naturais – SPRN, do Programa Piloto de Proteção às Florestas Tropicais do Brasil, concentrou seus esforços no repasse de recursos a estados e municípios da Amazônia, direcionados ao aprimoramento da capacidade de monitoramento e de gestão integrada de recursos naturais, com resultados mais significativos no Acre, Amapá, Mato Grosso, Tocantins, Rondônia e Maranhão. Vale destacar a construção de bases cartográficas e estrutura operacional em cinco estados da Amazônia, visando a instalação de sistemas de monitoramento de propriedades rurais por satélite, a exemplo do que já ocorre em Mato Grosso, com significativo efeito de contenção do desflorestamento.

Proteção às Florestas Tropicais da Amazônia – PPG7

Esta Ação engloba as atividades da Coordenação do Programa Piloto, do Projeto de Apoio ao Monitoramento e Análise – AMA, e Projeto Negócios Sustentáveis, também no âmbito do Programa Piloto. Em 2003, os recursos da Coordenação do Programa Piloto se concentraram na contribuição à elaboração da proposta técnica do Plano Amazônia Sustentável, em parceria com o Ministério de Integração Nacional. O Programa Piloto é, sem dúvida, o mais significativo acúmulo de experiências na promoção do desenvolvimento sustentável com inclusão social e competitividade na esfera federal, diretrizes que estruturam a proposta técnica do PAS. Assim, a Segunda Fase do programa Piloto, a ser decidida e implementada em 2004, se subordina ao PAS e se oferece como um de seus principais vetores de implementação. Além disso, durante 2003, avançou no apoio a empreendimentos comunitários e de pequenos produtores, além da coordenação das demais ações de desenvolvimento sustentável, voltadas a produtores familiares, populações indígenas e populações tradicionais da Amazônia.

Programa Biodiversidade e Recursos Genéticos

O Programa Biodiversidade e Recursos Genéticos – BIOVIDA alcançou resultados expressivos no exercício de 2003, destacando-se a consolidação do Departamento do Patrimônio Genético, a manutenção das coleções Nacionais de Referência, o fomento à realização de projetos de pesquisa voltados ao conhecimento e à conservação da biodiversidade, destacando-se a definição das áreas prioritárias para a conservação, bem como a continuidade das ações de fomento a projetos de utilização sustentável da biodiversidade, executados por órgãos governamentais, instituições de pesquisa e organizações não-governamentais.

PROBIO – Ação: Fomento à projeto de conservação e utilização sustentável de diversidade biológica

Importante diretriz técnica foi consolidada com a publicação do volume 6 da Série Biodiversidade Brasileira, sob o título “Fragmentação de Ecossistemas: causas, efeitos sobre a biodiversidade e recomendações de políticas públicas”, lançada em dezembro de 2003. Este trabalho é uma continuidade da identificação das áreas prioritárias para a conservação, realizada no exercício de 2003, enfocando os grandes biomas brasileiros: Amazônia, Cerrado e Pantanal, Caatinga, Mata Atlântica e Campos Sulinos, e Zona Costeira e Marinha. O trabalho apresentou, além do diagnóstico da situação atual, propostas para a consolidação de políticas públicas voltadas à conservação da biodiversidade nos principais biomas brasileiros, consolidando ainda mais a posição de vanguarda do País frente as negociações e implementações das recomendação da Convenção sobre a Diversidade Biológica. Além disso, destaca-se que o PROBIO programou apoiar durante o exercício 2003 a execução de 65 subprojetos, tendo sido efetivamente implementados, 41 subprojetos. Contudo 21 subprojetos deverão estar em fase de contratação no início de 2004, como resultado dos editais publicados no final do ano de 2003.

O Instituto de Pesquisas Jardim Botânico do Rio de Janeiro, durante o exercício de 2003, no âmbito do Programa BIOVIDA, desenvolveu as seguintes atividades relativas a Ação “Conservação das Coleções Nacionais de Referência”: ampliação do intercâmbio com instituições científicas congêneres, principalmente em função das novas deliberações do Conselho de Gestão do Patrimônio Genético, resultando num total de 96 termos de transferência de material temporário (para empréstimo) e definitivo (permuta). Além disso, destaca-se que todo o acervo foi transferido para as novas instalações do prédio do Herbário e Carpoteca, inaugurado em 2001, conferindo melhores condições de pesquisas e, inclusive, de revisões taxonômicas. Importante avanço está planejado para o exercício de 2004, quando pretende-se informatizar a coleção. A eficiência desta Ação superou a expectativa, tendo sido conservadas 449.815,00 unidades, 29.815,00 a mais do que o previsto. Com relação à Ação *Pesquisa em Diversidade Vegetal*, o destaque ficou para o diagnóstico de comunidades e populações vegetais, identificação de espécies da flora brasileira e para a realização de experimentos laboratoriais. Além de pesquisas realizadas em áreas já tradicionais da Botânica, tais como anatomia vegetal, taxonomia e ecologia, foram implementadas - contando com o quadro de novos pesquisadores recém contratados, novas linhas de pesquisa: biologia reprodutiva, biologia molecular, etnobotânica e filogenia. Estas novas linhas de pesquisa têm levado ao surgimento de novos laboratórios de pesquisa como o de Biologia Molecular e o Banco de DNA. Destaca-se, também, o investimento em pesquisas em unidades de conservação sob administração do IBAMA.

Na Ação *Conservação das Espécies da Fauna Ameaçadas de Extinção*, o IBAMA realizou trabalhos de conservação de 55 espécies da fauna ameaçada de extinção, 45 espécies a mais do que a previsão inicial. Foi possível superar largamente as metas propostas para 2003 graças às parcerias estabelecidas, revisão de procedimentos, normas e implantação de sistemas informatizados de controle e monitoramento. Porém, mesmo com estes resultados alcançados bem acima do proposto, julgamos que o investimento nas ações deva ser bastante ampliado, considerando o número de espécies ameaçadas constantes da nova lista, o números de criadouros e zoológicos existentes ultrapassaram os 2.000 (é obrigatório realizar pelo menos 1 vistoria anual em cada um) e outros exemplos que poderíamos citar, visando a proteção e uso sustentado dos recursos faunísticos, bem como o atendimento célere e com qualidade aos usuários de nossos serviços.

A Ação *Fomento a projetos de conservação e manejo sustentável da flora/fauna* dentro do Programa Biodiversidade e Recursos Genéticos – BIOVIDA, tem como objetivo promover o conhecimento, a conservação e o uso sustentável da biodiversidade e dos recursos genéticos e a repartição justa e equitativa dos benefícios derivados de sua utilização. Neste contexto, cabe ao FNMA o fomento a projetos de manejo sustentável da fauna e flora, apoiando em duas linhas temáticas: conservação/preservação de espécies da flora e fauna silvestres nativas; e geração de renda a partir de espécies da flora e fauna silvestres nativas.

A seleção de projetos se dá por intermédio de dois componentes, Demanda Espontânea e Demanda Induzida. Na Demanda Espontânea, o fluxo de recebimento de projetos é contínuo e os projeto são analisados pela equipe técnica do FNMA e por um Grupo Assessor Técnico. Na Demanda Induzida, utilizam-se editais de convocação para apresentação de propostas, com prazos, temas dentro das Linhas Temáticas, área de abrangência e público alvo definidos em função da Política Nacional do Meio Ambiente. A avaliação e a classificação das solicitações de apoio ficam a critério de Câmaras Técnicas Temporárias compostas por especialistas convidados. Em 2003, 171 projetos estiveram vigentes no FNMA. Deste total, 23 foram empenhados no Biovida (14 Termos Aditivos, 4 projetos selecionados na Demanda Espontânea e 5 no Edital 01/2003, Manejo de espécies da fauna ameaçadas de extinção, visando à conservação da diversidade biológica brasileira). Foram recebidos 29 projetos no Biovida na Demanda Espontânea até 31 de outubro de 2003, uma demanda de recursos na ordem de R\$ 7.040.737,00. Em 2003, apenas um foi selecionado, demandando recursos na ordem de R\$ 258.656,00. Geralmente, com o lançamento de um Edital no ano, a Demanda Espontânea recebe poucos projetos.

Programa Brasil Joga Limpo

Projetos Demonstrativos Visando a Gestão Integrada de Resíduos Sólidos e Saneamento Ambiental

A primeira linha de ação esteve voltada para implantação de sistemas de gerenciamento integrado de resíduos sólidos (acondicionamento, coleta convencional e seletiva, tratamento e disposição final), por meio de investimentos, desde que garantidos os conceitos básicos do “Programa Lixo e Cidadania”: erradicação do trabalho infantil no lixo e assinatura de “Termo de Ajuste de Conduta” com o Ministério Público, para eliminação do lixo e plano social para inserção dos catadores no processo de coleta seletiva. Foram atendidas 14 prefeituras dos estados da Bahia, Pernambuco, Paraná e Rio Grande do Sul, utilizando os recursos provenientes, basicamente, de emendas parlamentares. Tais ações, além de propiciarem a melhoria da qualidade ambiental, contribuem para a redução de doenças infecto contagiosas e beneficiarão cerca de 657 mil habitantes de áreas urbanas

A segunda linha de ação foi voltada ao fortalecimento institucional e à capacitação técnica dos municípios, dando continuidade ao projeto Gestão Ambiental Urbana – ProGAU, que é decorrente do Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica entre os Governos do Brasil e da Alemanha e conta com o apoio da Agência Alemã de Cooperação Técnica (GTZ), tendo sido firmado Termo Aditivo ao convênio celebrado em 2001, com o Instituto Brasileiro de Administração Municipal – IBAM, para dar continuidade ao ProGAU, na implementação de “projetos demonstrativos”, nas seguintes áreas temáticas: Gestão Sustentável dos Resíduos Sólidos Urbanos, Uso Racional de Água e Proteção dos Recursos Hídricos, Proteção do Solo e Revitalização do Espaço Urbano e Transporte Urbano e Meio Ambiente.

Foi celebrado, ainda, Termo Aditivo ao convênio com a Fundação Centro Tecnológico de Minas Gerais – CETEC, visando ampliar as atividades de capacitação de técnicos municipais e de catadores de rua nos processos de limpeza urbana e de destinação adequada de resíduos sólidos urbanos. Nesta linha de atuação, em 2003, deu-se continuidade ao Projeto Gestão Integrada de Resíduos Sólidos na Amazônia, componente no Projeto Gestão Urbana Ambiental para a Amazônia – GUAIA, desenvolvido por meio de parceria com a Secretaria de Coordenação da Amazônia – SCA e com a cooperação do Governo dos Países Baixos. O projeto tem o objetivo de dotar os municípios da Amazônia das condições necessárias ao adequado gerenciamento de resíduos sólidos, no sentido da sustentabilidade ambiental, social e financeira do sistema, por meio das seguintes estratégias: desenvolvimento de projetos-piloto em nove municípios, um em cada Estado da Amazônia e de construção de metodologias participativas para elaboração e implementação de Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos.

A terceira linha de atuação, que não utilizou recursos do Programa, está voltada para atividades técnicas e de articulação, com o objetivo de fortalecer a Política de Resíduos Sólidos e os princípios do Fórum Nacional Lixo e Cidadania, tendo o MMA/SQA participado de diversos Grupos de Trabalho, tanto no âmbito do MMA, como de outros ministérios e da Conferência de Meio Ambiente.

Implantação de Sistema de Informação Ambiental Relativo à Gestão Integrada de Resíduos

Visando subsidiar os agentes responsáveis pela gestão ambiental urbana, por meio desta ação, deu-se continuidade ao convênio celebrado com a Universidade Livre do Meio Ambiente – UNILIVRE, de Curitiba – PR, em 2002, com o objetivo de divulgar experiências bem sucedidas, tecnologias e documentação (legal, técnica), por meio da página web do Centro Nacional de Referência em Gestão Ambiental nos Assentamentos Humanos.

Fomento a Projetos de Ordenamento da Coleta Seletiva de Lixo

Tem público alvo os municípios com população urbana entre 20 e 120 mil habitantes ou os órgãos ou entidades municipais, ou ainda, consórcios intermunicipais. Foram atendidos 6 projetos municipais de gerenciamento de resíduos sólidos urbanos aprovados em 2002, pelo Edital 12/2001. O FNMA realizou, em 2003, o treinamento de técnicos e dirigentes municipais, com o objetivo de orientá-los na execução dos projetos, tendo capacitado 36 representantes municipais das cinco regiões do país.

Difusão de Práticas Sustentáveis de Gestão Ambiental Rural

Em 2003, deu-se continuidade ao Termo de Cooperação Técnica firmado com Ministério do

Desenvolvimento Agrário/INCRA, com o objetivo implantar três projetos-piloto de assentamentos de reforma agrária ambientalmente sustentáveis, que servissem de referência para a implantação de outros novos assentamentos e como alternativa para a recuperação do passivo ambiental nos assentamentos já implantados. No âmbito desta Ação, participou-se do Colegiado Nacional de Produtos Orgânico – CNPOrg, sob a coordenação do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento; de reuniões para a regulamentação dos critérios de credenciamento de entidades certificadoras de produtos orgânicos, e, no Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA, do processo de discussão para a elaboração da Resolução nº 289/02, que dispõe sobre licenciamento ambiental para os assentamentos de reforma agrária, cuja implementação, amplamente discutida no decorrer de 2003, foi prorrogada pela implementação pelo TAC firmado entre o MDA, o MMA, IBAMA, Incra e o Ministério Público Federal.

Programa Educação Ambiental

Em 2003, o trabalho realizado foi essencialmente de readequação deste Programa, o qual possibilitou avanços no que se refere à institucionalização de condições estruturais e políticas voltadas ao incremento da participação social na gestão da educação ambiental no país, ao enraizamento da educação ambiental na sociedade brasileira, nos distintos setores e territórios geográficos, à realização de transformações culturais dirigidas à construção de sociedades sustentáveis, e ao fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente.

No Ministério foi implementada e encontra-se em funcionamento a Comissão Intersetorial de Educação Ambiental, colegiado composto por representantes de todas as secretarias e órgão vinculados, contribuindo assim para a produção de sinergias internas e a construção de um programa unificado de educação ambiental neste Ministério.

Juntamente com a Coordenação de Educação Ambiental do Ministério da Educação, a Diretoria de Educação Ambiental do Ministério do Meio Ambiente, de acordo com o Decreto nº. 4.281/02, contribuindo para a construção de um Programa integrado entre MMA e MEC, instalou o Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental e seu Comitê Assessor, composto por representantes da sociedade e do governo, que em sua primeira reunião já constituiu 6 Grupos de Trabalho: dois temporários - GT Documento do ProNEA e GT Regimento Interno; e quatro permanentes - GT Gestão do Sistema Brasileiro de Informações sobre Educação Ambiental (SIBEA); GT Critérios e Indicadores para Projetos e Ações de Educação Ambiental; GT Instrumentos Institucionais e Legais para a Promoção da Educação Ambiental; e GT Relações Internacionais.

A Diretoria de Educação Ambiental e a Coordenadoria de Educação Ambiental, numa atividade conjunta, e com o aval do Órgão Gestor, de seu Comitê Assessor e da Comissão Intersetorial de Educação Ambiental do Ministério também formularam e publicaram o Programa Nacional de Educação Ambiental, a ser em 2004 colocado num amplo processo de Consulta Nacional, a se consolidar no V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, em novembro.

Foi dado apoio ao processo de realização da Primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente, que teve como tema “Vamos Cuidar do Brasil”. O processo buscou ampliar a participação da sociedade na construção de um país sustentável, teve duas versões, uma adulto e outra infanto-juvenil, contou com Pré-Conferências adulto em todas as unidades da federação e Conferências Infanto-juvenis em escolas por todo o país, mobilizando mais de 60 mil pessoas no segmento adulto e milhares de jovens para a Conferência Nacional Infanto-Juvenil pelo Meio Ambiente. Seis foram os temas estratégicos debatidos: Água; Biodiversidade e espaços territoriais protegidos; Agricultura, pecuária, pesca e floresta; Infra-estrutura: transporte e energia; Meio ambiente urbano; e Mudanças climáticas. O documento final aprovado na Conferência Nacional foi encaminhado ao CONAMA.

Foi assumida pela Diretoria de Educação Ambiental a gerência da linha de ação sócio-ambiental no Programa de Revitalização da Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco, que, em conjunto com as demais áreas do Ministério, produziu o mapeamento e o diagnóstico das ações sócio-ambientais dos projetos deste Ministério na área da Bacia do Rio São Francisco; o planejamento estratégico e a matriz lógica do Programa de Revitalização envolvendo 5 linhas de ações e 19 componentes.

Em relação à ação *Fomento a Projetos Integrados de Educação Ambiental*, a carteira de Educação Ambiental do Fundo Nacional do Meio Ambiente gerenciou o apoio a outros 51 projetos com componentes de educação ambiental; recebeu uma demanda de 69 propostas para análise e lançou o Edital 02/2003 – Construção de Agendas 21 Locais, que contou com o envolvimento de quatro órgãos do MMA, além da parceria de 4 outros ministérios. Este Edital recebeu um total de 222 propostas, das quais 142 foram habilitadas e 84 foram aprovadas pelo Conselho Deliberativo do Fundo Nacional do Meio Ambiente.

Em relação aos projetos de implantação de Pólos de Educação Ambiental e Difusão de Práticas Sustentáveis, em função do contingenciamento e da fragilidade institucional das Comissões Interinstitucionais de Educação Ambiental dos Estados - CIEAs, responsáveis pela formulação e implementação dos projetos e dos programas estaduais de educação ambiental, não houve apoio financeiro direto aos projetos em 2003. Tendo em vista a situação, foi necessário promover uma ampla articulação com as CIEAs buscando o fortalecimento e a democratização desses colegiados. Foi criada a Comissão Interinstitucional de Educação Ambiental do Estado da Bahia e rearticuladas outras Comissões. Foram atualizadas as informações referentes às CIEAs - suas composições, projetos e programas estaduais - na Base de dados do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental - SIBEA. Foi realizado um encontro ampliado com representantes das CIEAs, em que se discutiu e reformulou a política de apoio aos Pólos, se socializou a situação nos estados e escolheu-se os representantes destas Comissões para o Comitê Assessor do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental.

Quanto à ação *Implementação do Sistema Brasileiro de Informação sobre Educação Ambiental*, considera-se que quase todas as ferramentas necessárias ao seu completo funcionamento foram concluídas, faltando somente desenvolver um mecanismo que permita o intercâmbio dos diferentes bancos de dados. No referido exercício, especialmente no segundo semestre, foi possível desenvolver novos mecanismos de busca para as duas versões do sistema – *cold fusion*, disponibilizada no portal do Ministério do Meio Ambiente e nos portais das 5 redes de educação ambiental parceiras.

Houve um esforço considerável da equipe em fortalecer a credibilidade do sistema junto às instituições parceiras e considera-se que neste aspecto houve um avanço significativo, tanto que essas instituições propuseram a criação de um grupo para acompanhar a implementação do SIBEA no âmbito da Rede Brasileira de Educação Ambiental, e uma das propostas discutidas e aprovadas na primeira Conferência Nacional de Meio Ambiente foi a utilização do SIBEA como instrumento de fortalecimento do SISNAMA. Foram realizados eventos de capacitação para as instituições parceiras e outras redes de educação ambiental e de divulgação para outros públicos atuantes, dentre os quais a Câmara Técnica de Educação Ambiental no Conselho Nacional de Meio Ambiente e Comitê Assessor do Órgão Gestor de Política Nacional de Educação Ambiental.

No final de 2003, foram idealizadas “salas” para as CIEAs e outros colegiados e coletivos, que além de fortalecer essas instâncias por meio da melhoria dos mecanismos de comunicação, integram esses grupos que atuam em educação ambiental por todo o Brasil ao SIBEA e entre si, ao mesmo tempo que contribui para sua implementação e apropriação pelo seu público. Em avaliação preliminar realizada pela Diretoria, identificou-se que, muito embora hoje se encontre em funcionamento, a estrutura do banco de dados utilizada para o desenvolvimento do Sistema possui fragilidades, o que pode significar a necessidade de reformulação dessa estrutura em breve (principalmente considerando a ampliação no número de registros que devem ser inseridos nesse sistema para que possa melhor retratar a situação da educação ambiental no Brasil). Ainda, a decisão de manter diversos bancos de dados (desenvolvidos em linguagens distintas) talvez precise ser revista. Foi também desenvolvida e implementada no portal do Ministério do Meio Ambiente uma nova página eletrônica da Diretoria de Educação Ambiental, no sentido de torná-la mais adequada à comunicação da Diretoria, à divulgação do Programa Nacional de Educação Ambiental e melhorar o acesso e a utilização do SIBEA.

No que tange a ação *Informação e divulgação técnico-científica*, o Núcleo de Educação Ambiental do Jardim Botânico do Rio de Janeiro deu continuidade ao Projeto *Conhecendo Nosso Jardim* direcionado a professores e alunos da Rede Oficial de Ensino, promoveu atividades e eventos na semana da árvore envolvendo 5 escolas e um total de 238 alunos em práticas de educação ambiental, realizou a atividade “cadeia alimentar” em parceria com o SERPRO, dirigida a 50 alunos da educação infantil, cursos de capacitação em educação ambiental no Jardim Botânico de Salvador para 25 técnicos da instituição, fez a revisão do roteiro básico de formação de professores e a elaboração de dois novos roteiros, participou de workshop sobre educação ambiental dos centros de educação ambiental do Rio de Janeiro, e de reuniões da Câmara Técnica de Educação Ambiental do Conselho Nacional do Meio Ambiente. No total foram alcançadas pela difusão técnico-científica um total de 13.595 pessoas, por três meios: 10.660 através de visita escolar ao Jardim Botânico, 35 por atendimento e 2.900 por distribuição de folhetos.

Programa FLORESTAR

A ação *Fomento a Projetos de Reflorestamento* conforme o limite estabelecido pelo Decreto nº 4.591/03 dispôs de recursos orçamentários da ordem de R\$ 2,47 milhões. Inclui-se nesta ação a fonte 148, valor de R\$ 245 mil, não passível de empenho, porque foi programada para a contrapartida do empréstimo de US\$ 100,98

milhões junto ao BIRD, conforme resolução da COFIEIX Nº 630, de 6 de maio de 2002, cujo projeto de uso sustentável das florestas brasileiras ainda não foi concluído. O valor empenhado nesta ação foi da ordem de R\$ 1.943.436,00, para os seguintes projetos: Implantação do programa de produção mais limpa em empresas madeiras da Amazônia Legal com a Federação das Indústrias do Estado do Mato Grosso; Implantação de projeto do núcleo de inteligência econômica e de mercado florestal, com o Instituto de Pesquisas Tecnológicas – IPT; Implantação de projeto de pesquisa e elaboração do catálogo eletrônico de produtos sustentáveis em parceria com o Centro de Estudos Avançados em Promoção Social e Ambiental; Inventário florístico e florestal do estado de Santa Catarina, por meio da Sociedade de Estado da Agricultura e Política Rural; Fortalecimento da cadeia produtiva de produtos não madeireiros, com ênfase no estudo da cadeia produtiva da Faveira, na região norte do estado de Goiás, por meio de Centro de Desenvolvimento Agro-Ecológico do Cerrado – CEDAC; Elaboração do Plano Estratégico Nacional para a Colheita de Sementes e Produção de Mudas para o Plantio e Restauração Florestal via convênio com o Instituto Ambiental Ratonos – IAR; Instalação da rede de manejo florestal da Caatinga, sob a coordenação da Associação Plantas do Nordeste – APNE, para consolidar e ampliar a base técnico-científica de experimentação de manejo florestal da Caatinga, por meio da geração de informações consistentes, sistematizadas e disponibilizadas a diferentes públicos; e Implantação do projeto de proteção e recuperação de 200 hectares de matas ciliares, encosta e topo de morro da micro-bacia do Rio Araçuaí, pelo Instituto Estadual de Florestas/MG

O limite estabelecido para a Ação *Fomento a Projetos de Assistência Técnica ao Fazendeiro Florestal* foi de R\$ 3.39 milhões, dos quais foram empenhados e liquidados 80,33%: Edital nº01/2003, executado em parceria com FNMA, envolvendo R\$ 1,44 milhão para o Pronaf Florestal, pelo apoio a plantio e manejo de florestas em pequenas propriedades rurais na região de Mata Atlântica; Apoio à realização do 8º Congresso Florestal Brasileiro, onde foram discutidos temas de relevância para a atualidade, no tocante a benefícios, produtos e serviços da floresta como oportunidades e desafios para o Século XXI, com alocação de recursos no valor de R\$ 161,6 mil; e Implementação do Projeto de Cooperação com a FAO (*Food and Agriculture Organization of the United Nations*), destinado à consolidação dos instrumentos de política para a implantação do Programa Nacional de Florestas, com recurso da ordem de R\$1,50 milhões.

A Ação *Monitoramento e Controle da Reposição Florestal* obteve limites da ordem de R\$ 509 mil e aplicou o valor de R\$ 316 mil na atividade de vistoria técnica em projetos de reflorestamento e vistoria para análise de plano de corte em projetos de reflorestamento incentivado.

Em relação à Ação *Fomento a projetos de extensão florestal*, foram executados 30 projetos. Parte deles foram levados a efeito por meio de demanda espontânea ou induzida, via lançamento de editais específicos como os que foram conveniados em: Estruturação de Redes e Fomento à Oferta de Sementes de Espécies Arbóreas Nativas” (Editais 04/2000 e 01/2001), Difusão em Capacitação em Sistemas Agroflorestais (Edital 11/2001) e Assistência Técnica e Extensão Florestal aos Agricultores Familiares da Mata Atlântica (Edital 1/2002), sendo que para este edital foram selecionados 10 projetos, que foram conveniados em 2003. Os projetos selecionados preveem assistência técnica florestal a 7.510 agricultores familiares, compreendendo 121 municípios e 07 estados do bioma Mata Atlântica. Espera-se que esses projetos ao longo dos seus quatro anos de vigência, propiciem cerca de 10.000 ha de floresta plantada ou preservada, e que, seja feita adequação ambiental de no mínimo 3.000 propriedades rurais.

Com os recursos da Ação *Fomento a Projetos de Desenvolvimento de Tecnologia Florestal* foram apoiados os projetos: Criação do Grupo de Trabalho de Movimentos Sociais, coordenado pelo Grupo de Trabalho Amazônico – GTA, no âmbito da CONAFLO (Comissão Coordenadora do Programa Nacional de Florestas), criada pelo Decreto nº 4.864/03, com vistas a articular recomendações para o pleno funcionamento do Programa Nacional de Florestas, com ênfase na inclusão social de extrativistas, indígenas e produtores rurais dos diversos biomas florestais brasileiros; Com o Fundo de Desenvolvimento Florestal para estruturar um sistema de informações florestais do Estado de São Paulo;

Programa Florestas Sustentáveis

O Monitoramento dos Planos de Manejo das Florestas Sustentáveis tem como objetivo gerar e difundir conhecimento técnico e científico, melhorar e desenvolver melhores práticas de controle e monitoria visando aprimorar a implementação dos planos de manejo florestal, no campo. O manejo florestal, apesar de previsto em lei, dificilmente será competitivo e acontecerá na prática, neste contexto atual, onde o desmatamento – disponibilizando milhões de metros cúbicos de madeira – não é controlado e a oferta de madeira de fontes clandestinas ou não-sustentáveis ainda é predominante. Ademais, é necessária política pública de apoio à adoção de práticas de manejo florestal aliado a um sistema eficaz de controle e fiscalização da atividade madeireira. Novos sistemas de controle estão sendo testados e, a partir de estudos estratégicos, estão sendo revistas e propostas

políticas públicas que favoreçam a adoção do manejo e desestimulem o uso predatório da floresta. Um exemplo é o estabelecimento pelo Banco da Amazônia de linha de crédito para manejo florestal. Os primeiros financiamentos aconteceram em 2003, a partir dessas ações.

O manejo florestal é a alternativa que torna compatíveis os benefícios oriundos da produção florestal com a manutenção dos serviços que a floresta proporciona. Além disso, manejar a floresta implica continuidade da produção, adequadas condições de segurança no trabalho, benefícios econômicos e sociais, respeito à legislação florestal; e conservação da floresta e dos serviços ambientais que oferece. A exploração madeireira e de outros produtos não-madeireiros, manejada de forma adequada, contribui para o desenvolvimento social e econômico, gerando emprego e renda para as populações envolvidas, assegurando a permanência da cobertura florestal e dos serviços dela advindos. A partir de meados dos anos 90 começaram a surgir e se consolidar exemplos concretos e em escala comercial de manejo florestal sustentável, envolvendo tanto empreendimentos empresariais como comunitários. A expansão destes modelos é fundamental. Neste sentido, uma ampla gama de ações tem sido realizada no apoio a iniciativas inovadoras de manejo florestal e na capacitação dos atores envolvidos diretamente com a questão. No âmbito do IBAMA foi criado o Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal – CENAFLO com o objetivo de proporcionar a difusão das técnicas de manejo florestal e exploração de impacto reduzido, por meio de treinamento, capacitação e aplicação de sistemas de manejo em níveis empresarial e comunitário e apoio à pesquisa aplicada.

Da parceria com a sociedade civil organizada e instituições de ensino e pesquisa, foram discutidas normas técnicas para Planos de Manejo Florestal, que incluem a extração do mogno, definindo procedimentos duradouros para manejo e conservação da espécie. Da mesma forma, está sendo consolidada uma ampla parceria com setores da pesquisa para testar novas práticas de vistoria de planos de manejo florestal. Dentro desse processo, ainda no âmbito do IBAMA, elaborou-se um manual de procedimentos para análise de Planos de Manejo, Autorização para Conversão do Uso Alternativo do Solo e Reposição Florestal.

As ações de Pesquisa Tecnológica desenvolvem estudos em tecnologia florestal de produtos madeireiros e não madeireiros, por meio de projetos que objetivam a difusão de informações geradas e contribuem para a utilização sustentável dos recursos florestais, bem como induzem a transferência de tecnologias, com a conseqüente melhoria da qualidade de vida dos usuários dos recursos florestais. Trazem como resultado a execução de 13 projetos de pesquisa científica e tecnológica com destaque para os projetos *Avaliação de Madeiras Amazônicas para Utilização em Instrumentos Musicais* que resultou na confecção e lançamento de gaitas diatônicas com dez espécies de madeiras diferentes, as quais demonstraram qualidade tecnológica similar às importadas; *Estufa para secagem de madeira serrada, aquecida com gases provenientes da combustão de resíduos, desenvolvida pelo Laboratório de Produtos Florestais - LPF juntamente com o Instituto Nacional de Pesquisa da Amazônia - INPA*; e ainda, foi lançado em junho o Edital do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC-IBAMA/CNPq, resultando, após processo de seleção, na contratação de 38 bolsistas oriundos de cursos de graduação, que se encontram realizando atividades de pesquisa científica e tecnológica no LPF. Em síntese, de acordo com as diretrizes do Programa Nacional de Florestas essa ação visa a buscar a melhoria da produtividade florestal, reduzindo desperdícios e agregando valor aos produtos florestais, além de ampliar e atualizar as atividades de ensino florestal tecnológico e superior, estimulando programas especiais de desenvolvimento tecnológico florestal, com ênfase em produtos florestais não madeireiros, difusão e capacitação.

O Uso Múltiplo dos Recursos das Florestas Nacionais compreende as ações cujo objetivo refere-se, principalmente, ao acompanhamento da execução do plano de manejo das Unidades de Conservação das Florestas Nacionais, que têm a finalidade de conservação da biodiversidade, por meio da utilização sustentável dos recursos naturais disponíveis em suas áreas, proporcionando benefícios econômicos e sociais, principalmente às comunidades residentes e locais. As atividades nas Florestas Nacionais são exercidas de acordo com o estabelecido nos planos de manejo e obedece a diretriz do Programa Nacional de Florestas e pretende ampliar e consolidar a base de florestas manejadas em áreas públicas e aprimorar o sistema de gestão das unidades de uso sustentável, por meio do apoio à criação de Florestas Nacionais - FLONAS e à implementação de planos de manejo naquelas já existentes.

O Brasil possui, atualmente, 61 FLONAS, abrangendo área de aproximadamente 16,54 milhões de hectares, 35 das quais localizadas na região norte do país, representando 99,4% da área total. As florestas das regiões sul e sudeste, no entanto, são as que vem sendo manejadas de forma mais integral, com vistas ao uso múltiplo.

Conforme o estabelecido no Programa Nacional de Florestas, foi dada ênfase à meta de criar novas Florestas Nacionais, em 2003, tendo sido elaborados doze novos processos, com consultas públicas, totalizando uma área de 2.300.000 hectares, para desempenharem papéis estratégicos, tais como: ordenamento

territorial do solo como vocação floresta; reserva estratégica de terras e recursos florestais de propriedade pública, possibilitando a regulação de preços e mercados de produtos florestais; base para a oferta sustentável de produtos madeireiro e não madeireiro; utilização, pela iniciativa privada e comunidades, do estoque de recursos florestais de forma sustentável e controlada pelo Poder Público; potencial de geração de receitas públicas pela cobrança de taxas, *royalties* e outros, e, ainda, pela venda de madeira e de produtos não madeireiros; de demonstração de modelos de uso sustentável dos recursos florestais e da viabilidade econômica desse uso; e, de permitir o uso do recurso florestal de forma comunitária por populações residentes e locais.

A elaboração do Primeiro Livro sobre as Florestas Nacionais, em fase de publicação, vem documentar os diferentes momentos, desde o ano de 1946, quando foi criada a primeira Floresta Nacional, até o presente quando se consolida a implementação do Programa Nacional de Florestas. Apresenta as Florestas Nacionais como instrumento concreto de política pública, voltada para a equalização das relações do uso com a conservação.

Com a elaboração do primeiro Planos de Eco – Negócio para a produção de óleo de Pequi e outros produtos não madeireiros na FLONA do Araripe, foram instituídas formas de fortalecer a renda familiar das comunidades residentes no entorno, organizadas em sistemas de cooperação, ordenando de forma sustentável a coleta, beneficiamento e comercialização dos produtos florestais não madeireiros.

Na publicação do *Roteiro Metodológico para a implantação dos Planos de Manejo das Florestas Nacionais* apresenta-se diretrizes para elaboração do Plano de Manejo, por meio de um modelo inovador de trabalho participativo descentralizado, envolvendo os técnicos do IBAMA na condução do processo, evitando os processos convencionais de terceirização de serviços por empresas de consultoria.

Para o Fortalecimento do Processo de Gestão Descentralizado e participativo das FLONAS, foram elaborados instrumentos normativos para dar suporte nos processo de Regularização Fundiária e Supressão de Vegetação em Áreas de Mineração e deu-se início da definição de procedimentos para institucionalizar e normatizar a gestão dos recursos de Compensação Ambiental.

Para fortalecer o processo de gestão das FLONAS, a Diretoria de Floresta e a Coordenação Geral de Floresta Nacional com a Organização Internacional de Madeiras Tropicais - ITTO vem executando na FLONA de Tapajós, um projeto para definir a viabilidade técnica, econômica e ambiental do manejo florestal madeireiro, para a região amazônica e sua repercussão nas comunidades de entorno.

O IBAMA, por meio do Projeto de Apoio ao Manejo Florestal Sustentável da Amazônia – PROMANEJO, vem concluindo uma série de atividades para a consolidação do Plano de Manejo e consolidação do processo de gestão da FLONA de Tapajós, com o envolvimento das comunidades locais. Varias oficinas de capacitação foram elaboradas. O Projeto está dando suporte à implementação do Plano de Manejo florestal comunitário e a gestão dos negócios da produção não madeireira – Couro Vegetal e óleo de Andiroba.

Deu-se início de discussão a um projeto de lei de Gestão de Florestas Públicas, incluindo as FLONAS. O projeto de lei de concessões que estava no Congresso foi retirado para aperfeiçoamento.

A ação *Controle da Comercialização e do Transporte de Produtos Florestais* tem como objetivo aperfeiçoar a sistemática de controle do fluxo de produtos e subprodutos florestais, resultando melhor eficiência do sistema e proteção dos recursos florestais. Novas metodologias de controle estão sendo testadas. Aliado a um processo de discussão de definir com precisão aspectos do controle da atividade madeireira tais como: porque controlar? O que controlar? E como controlar? Os resultados serão discutidos no âmbito do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA numa perspectiva da melhoria da eficiência e transparência dos controles e no fortalecimento do Sistema Nacional de Meio Ambiente – SISNAMA.

A ação *Apoio às Populações Tradicionais em Reservas Extrativistas* compreende, essencialmente, as atividades que compõem o alcance do resultado previsto pela meta de “Comunidades Apoiadas”: o fortalecimento das organizações das populações tradicionais; e a criação de novas Reservas Extrativistas.

Atualmente existe um total aproximado de 6.000 famílias dentro das 18 Reservas Extrativistas de Recursos Florestais, além de 2.500 famílias nas 13 Reservas Extrativistas de Recursos Pesqueiros, distribuídas de maneiras diferenciadas para cada região, Estado, Município ou localidade, sendo difícil inferir sobre o número exato de comunidades existentes.

Mesmo considerando que 5,5 milhões de hectares estão sob regime de manejo por populações tradicionais da Amazônia e que se garante a estabilidade fundiária e a manutenção do ecossistema original das Reservas Extrativistas, ainda são insuficientes os recursos disponibilizados para ações básicas de educação e saúde para estas populações, assim como infra-estrutura mínima de transporte e geração de energia, além de investimentos na forma de linhas de crédito necessários para viabilização econômica dessas áreas tendo o ecossistema como seu principal gerador de renda, sendo de extrema importância a participação do Estado para alavancar o uso sustentável, o beneficiamento, transporte e comunicação

Programa Parques do Brasil

Atualmente, o meio ambiente é visto como um mosaico de oportunidades de negócios sustentáveis, que harmonizam o crescimento econômico e a proteção de nossos recursos naturais. Essa é a postura governamental para o meio ambiente que emana do Plano Plurianual 2000-2003. Nesse contexto, foi criado no âmbito do Ministério o Programa *Parques do Brasil*, com o intuito de facilitar a coordenação e integração dos esforços de criação e gestão de áreas protegidas nos níveis federal, estadual e municipal. Sua meta é atingir a proteção de 10% de cada um dos biomas brasileiros, tendo em vista garantir a proteção da biodiversidade brasileira, a geração de emprego e renda - por intermédio de práticas econômicas sustentáveis - e a melhoria da qualidade de vida da população brasileira.

Dentre as ações do Programa, destacam-se: a ampliação da área sob proteção no território nacional, a capacitação de recursos humanos para a gestão de parques e outras áreas protegidas, a melhoria da gestão, viabilizando o uso público das unidades de conservação (UC) e a realização de estudos sobre o valor econômico da proteção das áreas naturais (geração de emprego e renda, pureza de mananciais, etc).

Tem como clientela direta os estados, municípios, visitantes, pesquisadores, populações - tradicionais ou não, habitando no interior ou no entorno de áreas protegidas - instituições envolvidas no estabelecimento e gestão dessas áreas e o setor turístico/recreativo. Indiretamente, as ações alcançam toda a sociedade brasileira.

A ação *Ampliação do Sistema Nacional de Áreas Protegidas* tem a finalidade de desenvolver bases referenciais para a ampliação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. Sua meta é concentrar esforços no sentido de consolidar as Unidades já criadas, principalmente no que tange à regularização fundiária, implantação de infra-estrutura mínima e capacitação de recursos humanos.

A ação *Estudos para o Desenvolvimento da Política Nacional de Áreas Protegidas* tem o objetivo de promover a regularização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC e implantar os instrumentos nele previstos.

Outra ação - *Estudos para o Desenvolvimento da Política Nacional de Áreas Protegidas* tem a finalidade de promover a regularização do Sistema Nacional de Unidades de Conservação e implantar os instrumentos nele previstos.

A Conservação e Manejo Integrado de Ecossistemas desenvolvem ações que procuram elaborar e implantar projetos para promover a conservação e o uso sustentável da biodiversidade, criar, definir, delimitar e realizar estudos e publicações na escala corredores ecológicos, elaborar, implementar, monitorar e publicar estudos e projetos de planejamento e gestão biorregional e ecorregional.

A Gestão, Manejo e Fiscalização de Unidades de Conservação visa assegurar em âmbito federal e fomentar no âmbito nacional a conservação de amostras representativas dos ecossistemas brasileiros beneficiando a proteção da biodiversidade *in situ*.

Destacamos alguns resultados alcançados pelo Programa Parques do Brasil como:

- foram preparados 33 (trinta e três) parques nacionais para visitação pública, estando 26 (vinte e seis) parques prontos para receber grupos organizados de visitantes e 7 (sete) para receber pequenos grupos;
- assegurado o uso sustentável de 3,59% do território nacional (cerca 30,6 milhões ha), sob a forma de Unidades de Conservação de Uso Sustentável, considerada apenas a esfera federal);

- assegurada a proteção integral de 2,76% do território nacional (cerca de 23,5 milhões ha), sob a forma de Unidades de Conservação de Proteção Integral, considerada apenas a esfera federal);
- firmado convênio MMA/CNPq, visando apoiar o Projeto de Mudanças Ambientais na Antártica: Impactos Global e Local - PROANTAR; e o Projeto de Cooperação Técnica entre o MMA e a UNESCO, para Consolidação dos Sítios do Patrimônio Mundial Natural no Brasil.
- criada a Floresta Nacional de Mata Grande/GO, as Reservas: Ecológica Batoque/CE e Biológica Mata Escura/MG; e ampliação da Estação Ecológica Taim/RS.
- implementadas ações de Educação Ambiental, priorizando o entorno das Unidades de Conservação – Gestão Biorregional da Costa Paranaense; e na comunidade do Assentamento Campina, na região da Botoquena/MS.
- elaborado e implementado: o Plano de Uso Público da Estação Ecológica de Anavilhanas/AM; Plano de Manejo para o Parque Natural Municipal da Grotta de Mirassol/SP; o Programa Regional de Capacitação para a Gestão de Reserva Particular do Patrimônio Natural – RPPN's nos Estados do RJ, SP e ES; projetos de uso público nos Parques Nacionais: Itatiaia, Chapada dos Veadeiros, Abrolhos, Fernando de Noronha, Ilha Grande, Chapada Diamantina, Tijuca, Emas Serra da Bocaina.
- efetuada a regularização fundiária: posseiros e proprietários da Reserva Biológica Una/BA e Parque da Serra do Cipó; e avaliação de 50 imóveis rurais no Parque Nacional da Ilha Grande/PR.
- desenvolvidos os estudos: Programa Conduta Consciente em Ambientes Naturais; formulação da Política Nacional de Áreas Protegidas, que visa orientar a implementação do Sistema Nacional de Unidades de Conservação – SNUC; e elaboração de diretrizes para monitoramento e escalada em Unidades de Conservação.
- elaborado Termo de Cooperação Técnica entre o IBAMA/SOS Amazônia para o Parque da Serra do Divisor/AC; e do Sistema de Proteção: Estação Ecológica de Murici/AL e Parque Nacional de Jericoacoara/CE.
- exploradas cavernas em municípios de Goiás, sendo identificadas 22 novas cavernas.
- desenvolvidas técnicas de manejo fundamentadas em grande número de resultados, as quais permitem melhor entender as transformações que ocorrem no solo e que repercutem na biodisponibilidade de nutrientes, na estrutura física do solo e, portanto no ciclo da água.
- efetuado o Plano de Manejo: integrado dos corredores ecológicos do Amapá, Caatinga, Biodiversidade Maciço Baturité, Araguaia/Bananal, Paraná/Pirineus, Jalapão, Guaporé/Itenez, Serra do Espinhaço do Pará, Floresta Atlântica Paraná do Sul, Delta do Parnaíba, Museu do - Cerrado e Zimbros; Parque Estadual Serra de Santa Bárbara, Reserva Biológica do Arvoredo e seus mecanismos de implementação/SC.
- efetuado controle do uso das cavidades para fins turísticos no Estado do Mato Grosso do Sul: Abismo, Anhumas, São Miguel, Pitangueiras e Buraco das Araras.
- implementados: Área de Proteção Ambiental – APA intermunicipal do Rio Xambê (Prefeitura Municipal de Iporã/PR), Projeto Darcy Ribeiro (Prefeitura Municipal de Niterói – Secretaria Municipal de Meio Ambiente/RJ), e Parque Mata Atlântica Ano 2000 (Prefeitura Municipal de Atalanta/SC).
- consolidados Área de Proteção Ambiental – APA e do Parque Goiapaba-Açú (Prefeitura Municipal de Fundão/ES).
- fortalecimento da Gestão Participativa da Área de Proteção Ambiental – APA da Serra da Mantiqueira (Fundação Matutu/MG), Lagoa Encantada e Rio Almada (Associação ABARA/BA).
- revitalizado o Parque Municipal Passa Cinco (Prefeitura Municipal de Ponte Nova/MG).
- mantidas, manejadas e protegidas 135 unidade de conservação.

O Ministério do Meio Ambiente, por meio do Fundo Nacional do Meio Ambiente – FNMA, em 2003, apoiou, por demanda espontânea e induzida 18 (dezoito) projetos, orientados à elaboração e implementação de planos de manejo, além de apoiar a capacitação à gestão de reservas particulares do patrimônio natural.

Programa Prevenção e Combate a Desmatamentos, Queimadas e Incêndios Florestais

Dentre as várias ações realizadas no ano de 2003 destaca-se a elaboração do *Plano Desmate 2003* visando conter o desmatamento ilegal na Amazônia, a concepção e implantação do “Centro Nacional de Monitoramento Ambiental – CEMAM” e a implementação do “Núcleo Operativo do SIPAM” no IBAMA-Sede.

Na atividade de Prevenção de Incêndios Florestais – PREVFOGO, desenvolveu-se ações de prevenção e combate aos incêndios florestais, por meio de apoio técnico e logístico, nos Parques Nacionais, além da realização de 58 cursos de Formação de Brigadas nos Parques Nacionais.

Na atividade *Controle de Desmatamento, Queimadas e Incêndios Florestais* constatou-se uma queda da taxa de desmatamento, contrariando as tendências estabelecidas devido as ações de controle do IBAMA.

No que tange a Fiscalização de Recursos Florestais, continuam sendo mapeadas as áreas por satélite para a identificação de problemas, - incluindo o uso de helicópteros, aviões, veículos e de pessoal nas operações.

Destacou-se durante o ano a *Operação Araucária* na regiões do Paraná e Santa Catarina, *Operação Novo Progresso*, *Operação Extração de Madeira Ilegal* e *Operação Porto de Mós* no Pará, resultando em autos de infração de desmatamento, de transporte ilegal de madeiras e autos de infração com relação a queimada ilegal, *Operação Agrotóxico* nos estados do Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Bahia, Goiás e Minas Gerais, *Operação NAQUA-NORDESTE II* nos estados de Pernambuco, Alagoas, Rio Grande do Norte e Paraíba, resultando na implantação e estruturação de Núcleos de Operações Aquáticas para controle e monitoramento dos usos dos recursos naturais aquáticos, *Operação Quem Ama não Compra – 2003* no estado de Minas Gerais, visando coibir o tráfico de aves, além de cursos básicos de fiscalização para agentes na região Nordeste.

No Monitoramento de Queimadas e Prevenção de Incêndios Florestais, foram processados arquivos, via satélite, gerando indicativos de focos de calor e mapa de riscos que permitiram o aperfeiçoamento do controle de queimadas, tendo como resultado uma maior área monitorada e conseqüentemente maior controle e respostas dos focos de calor, diminuindo assim o número de acidentes com fogo.

Na ação *Prevenção de Queimadas e Incêndios no Arco do Desmatamento na Amazônia – PROARCO* foi verificado em 2003 um decréscimo de focos de calor da ordem de 8,5 % devido a condições meteorológicas. Entretanto o aumento dos Alertas Verdes (fogo em área florestada) foi menor proporcionalmente ao esperado em função do intenso trabalho de prevenção na Amazônia. Estes resultados foram atingidos com os esforços na capacitação das equipes de fiscalização do IBAMA e dos órgãos ambientais dos estados envolvidos no uso de helicópteros, bem como no envolvimento da sociedade civil sobre o tema *fogo*, por meio da formação e treinamento de brigadas municipais e no fortalecimento de comitês estaduais e municipais de prevenção e combate a incêndios florestais, envolvendo diversas instituições públicas e a sociedade civil.

Programa Qualidade Ambiental

Relativamente à ação *Fomento a Projetos de Preservação Ambiental e Recuperação de Danos Causados pela Indústria de Petróleo*, com a implementação da Lei n.º 9.966/2000 (Lei do Óleo) e seu Decreto regulamentador, foi necessário iniciar um trabalho de definição de diretrizes para a implementação do Plano Nacional de Contingência - PNC, que contemplassem técnicas de resposta, instrumentos e métodos de controle ambiental, o que demandou a realização de reuniões e seminários para discussão com as partes interessadas. Foi necessário também iniciar discussões para elaboração de um manual do PNC, contendo procedimentos operacionais, atos normativos das instituições componentes da Comissão Coordenadora, assim como atos normativos complementares expedidos por essa Comissão, e legislação pertinente. Esse manual será finalizado em 2004.

O funcionamento de um Plano de Contingência Nacional depende da definição e do funcionamento de Planos Individuais de Emergência – PEI e de Planos de Área, conforme determina a Resolução CONAMA n.º 293/2001. Esses Planos de Área irão congregam os planos individuais de cada empresa e serão coordenados pelos órgãos de meio ambiente estaduais. Em convênio com a Fundação Coordenação de Projetos, Pesquisas e Estudos Tecnológicos - COPPETEC/UFRJ, foram capacitados 80 técnicos de órgãos estaduais de meio ambiente em implementação de Planos de Área. A COPPETEC elaborou, por meio de convênio, um estudo para

aplicação da avaliação ambiental estratégica nas atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural. Foi criado o Centro de Economia Energética e Ambiental (CENERGIA), visando a produção de ferramentas de internalização da análise sócio-ambiental na avaliação técnico-econômica das energias alternativas renováveis, bem como a disseminação de conhecimento. O CENERGIA participou ativamente de uma série de iniciativas sobre o setor energético brasileiro tais como publicações de livros, realização de seminários, publicações de artigos em periódicos nacionais e internacionais.

A Lei n.º 9.966/2000 também determinou a necessidade da realização de auditorias ambientais para o setor de petróleo, principalmente para as plataformas, instalações de apoio, navios e dutos. Foram efetivados dois convênios entre o MMA e o Centro para Inovação e Competitividade – CIC e iniciados dois programas para treinamento e formação de auditores ambientais, tanto os responsáveis por realizar auditorias de Sistema de Gestão Ambiental (NBR ISO 14.001) e para atender a resolução 306 do CONAMA. Foram realizados seis cursos de formação de auditores ambientais, sendo formados 60 profissionais que atuarão no mercado.

Fomento a Projetos de Melhoria da Qualidade do Ar e Proteção da Atmosfera

Foi concluída pelo Grupo de Trabalho do CONAMA uma proposta de resolução para a definição de critérios de elegibilidade para a seleção dos municípios passíveis de receberem um tipo de óleo diesel com teor de enxofre mais baixo do que o que é utilizado, tendo sido definidos critérios para seleção de regiões. Houve avanços na discussão sobre a implantação integrada das inspeções de gases poluentes e de ruído e de segurança veicular. Foi firmado um convênio com a SEMARH - Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado de Goiás, objetivando a elaboração e implantação do Plano de Controle de Poluição por Veículos em Uso – PCPV no Estado.

Com relação à elaboração do *Inventário de Emissão de Poluentes do Ar*, foram realizados seminários e definido um plano de trabalho para identificar a natureza e extensão da carga poluidora lançada no ar pelas fontes fixas, móveis e de área. Foi criado no CONAMA o Grupo de Trabalho sobre Emissão de Poluentes Atmosféricos por Fontes Fixas que está elaborando uma proposta de resolução para estabelecer critérios para a determinação de limites de emissão para fontes industriais. Foi iniciada, ainda, a revisão dos padrões de qualidade do ar e desenvolvimento de metodologia para realização de inventário. Foi iniciado trabalho para construção de uma agenda comum de saúde e meio ambiente com o Ministério da Saúde.

Foi comemorado o Dia Internacional de Proteção da Camada de Ozônio, onde foi divulgado o Programa de Treinamento de Mecânicos em Refrigeração. Um primeiro grupo de fiscais alfandegários e do IBAMA foi treinado para o aprimoramento no controle das importações dos produtos contendo substâncias destruidoras da Camada de Ozônio. Em dezembro foi retomado o convênio entre o MMA e o Centro de Estudos e Pesquisas em Saúde Coletiva (CEPESQ), da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, para execução de projeto de monitoramento da qualidade do ar e efeitos na saúde da população da região metropolitana do Rio de Janeiro.

Foi realizado trabalho junto à Comissão Interministerial de Mudança Global do Clima, com a participação na 9ª Conferência das Partes da Convenção do Clima (COP-9), em Milão – Itália, relativa às regulamentações do Protocolo de Quioto. Também foi realizada a 1ª Conferência Nacional do Meio Ambiente e outros eventos. Além disso, foram estabelecidos o Fórum Brasileiro de Mudanças Climáticas e o Centro de Estudos Integrados sobre Meio Ambiente e Mudanças Climáticas – CENTRO CLIMA, vinculado à COPPE/UFRJ. Por meio de um convênio com a ESALQ/USP, foi realizado um estudo sobre o aproveitamento de gás de aterros sanitários e projetos de MDL (Mecanismo de Desenvolvimento Limpo). Um outro convênio foi realizado com a COPPE/UFRJ, para a consolidação do Centro de Economia Energética e Ambiental – CENERGIA.

Licenciamento Ambiental

Foram iniciados trabalhos para o estabelecimento de agendas ambientais com setores estratégicos de governo, reduzindo os conflitos e melhorando a articulação entre os esses setores. Foram também organizados procedimentos e rotinas administrativas de licenciamento e harmonizados critérios de análise técnicas.

Foram executadas atividades para fortalecer e operacionalizar o processo de Licenciamento Ambiental do IBAMA e estabelecer condições para sua sustentabilidade administrativa, técnica e financeira, além de modernizar, normatizar e divulgar normas e procedimentos para o Licenciamento Ambiental na esfera federal. Foram iniciados também o desenvolvimento e implementação da estratégia de desconcentração das atividades do

licenciamento ambiental do IBAMA/Sede para os 09 Núcleos de Licenciamento – NAL e da Coordenação de Licenciamento de Petróleo no Rio de Janeiro. Foi implementado no IBAMA o Sistema de licenciamento informatizado, com a sistematização de informações dos processos, até o momento, com 25% de inserção de dados. Foram elaborados estudos de aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica para o setor de energia, tendo sido também publicado o Manual. Foi realizado também um estudo para definição de metodologia de aplicação da Avaliação Ambiental Estratégica em espaços territoriais. Com isto, tem-se uma base de informações que permite a atuação do MMA na definição de políticas de gestão ambiental e modernização do licenciamento.

O IBAMA elaborou seis manuais de licenciamento, um com definição de procedimentos de licenciamento de obras licenciadas pelo IBAMA, quatro manuais temáticos, para o setor de mineração, setor de transporte e setor de energia, um manual para licenciamento de atividades marítimas de petróleo e um manual de rotinas internas administrativas, os dois últimos em fase de editoração. Foram criados 26 núcleos de licenciamento ambiental nos escritórios estaduais do IBAMA e uma coordenação de licenciamento de petróleo no Rio de Janeiro. Foram realizados pelo IBAMA cursos em sete temas. O MMA realizou cursos de capacitação em oito áreas (Legislação Ambiental, Avaliação de Impacto Ambiental, Mediação de Conflitos, Planejamento e Avaliação Ambiental Estratégica, Gestão Ambiental – Instrumentos Aplicados ao Licenciamento, Análise Ambiental de Projetos, Aplicação da Resolução CONAMA no 289/2001, Aplicação da Resolução CONAMA no 293/2001).

Programa Recursos Pesqueiros Sustentáveis

O Programa tem como objetivo geral “promover o uso sustentável dos recursos pesqueiros, conciliando os interesses da exploração comercial com a necessidade de sua conservação”.

A Ação *Fomento a projetos de uso sustentável dos recursos pesqueiros* foi atendida por meio das modalidades de apoio Demanda Espontânea e Demanda Induzida. Enquanto a primeira decorreu do recebimento de projetos de fluxo contínuo, a Demanda Induzida foi fomentada a partir de um edital específico “Edital FNMA 02/2002 Gestão Participativa do Uso dos Recursos Pesqueiros nas Zonas Costeira e Marinha” lançado em novembro de 2002 que selecionou 7 projetos. Em adição, a Demanda Espontânea selecionou outros 4 projetos, totalizando 11 projetos aprovados em 2003, tendo sido aplicados recursos da ordem de R\$ 1.833.000,00.

O *Licenciamento da Pesca Amadora*, além de licenciar 91.195 novos pescadores amadores, contribuiu para a sustentabilidade no uso dos recursos pesqueiros, promovendo 16 oficinas de treinamento de guias de pesca; 6 oficinas de pesca infantil; 2 cursos de produção de isca viva; 2 oficinas de sensibilização de comunidades; 3 prospecções de áreas com potencial para a pesca amadora; e produziu 02 portarias regulamentadoras do uso dos recursos pesqueiros por pescadores amadores.

A avaliação do potencial sustentável dos recursos pesqueiros e o monitoramento do uso de tais recursos constituem passos fundamentais para a gestão do acesso e uso dos recursos pesqueiros desenvolvidos pelas ações que, em conjunto, produziram o manejo de 27 espécies, buscando subsídios em 47 projetos de pesquisa executados; na realização de 20 cruzeiros de pesquisa e amostragem biológicas de 14 estoques.

Muito mais que um auxílio de renda mínima, o seguro desemprego para o pescador artesanal, nas épocas de defeso, se configura como um instrumento econômico para o uso sustentável dos recursos pesqueiros. Neste sentido foram atendidos 99.260 pescadores, o que representou um aumento de aproximadamente 22% em relação ao ano anterior.

Programa Turismo Verde

Por meio da ação *Assistência Técnica e Financeira em Ecoturismo na Amazônia – PROECOTUR* foram realizadas atividades e estudos visando subsidiar proposta de investimentos previstos para a Fase 2 do Programa. A Ação *Capacitação de Recursos Humanos em Ecoturismo na Amazônia – PROECOTUR* financiou a realização de 06 oficinas de sensibilização, resultando em 1.234 pessoas beneficiadas. A ação *Estudo de Viabilidade Técnica, Econômica e Ambiental do Ecoturismo na Amazônia – PROECOTUR* financiou a elaboração de Planos de Manejo e Planos de Utilização nas seguintes Unidades de Conservação: Parque Nacional da Serra do Divisor/AC, Estação Ecológica de Anavilhanas/AM, Parque Nacional do Jaú/AM. Também financiou a elaboração do Plano de Desenvolvimento do Pólo Tapajós, além da estratégia de ação para Pólos Belém/Costa Atlântica/PA, Guaporé/MT, Jalapão/TO e Marajó/PA.